

Médicos 10 x 0 políticos

Saúde

CORREIO BRAZILIENSE 12 JAN 2006

SYLVAIN LEVY

Médico sanitário e psicanalista

Pesquisa recente do Ibope apontou os médicos como a instituição de maior credibilidade na opinião dos brasileiros. 81% foi o indicador da confiança que a população dedica aos médicos. Na outra ponta da linha, com o menor índice de confiança, estão os políticos, com escassos 8%, o que justifica a goleada do título.

Abaixo dos médicos vêm a Igreja Católica (71%), as Forças Armadas (69%) e os jornais (63%). Como a classe médica não pode ser considerada uma instituição igual às demais, pode-se inferir que boa parte dessa credibilidade deva ser atribuída ao sistema de saúde, acrescentando-se a isso o fato incontestável de que mais de 80% dos médicos têm algum vínculo com o SUS, o Sistema Único de Saúde.

Esse sistema é responsável pelo maior programa de atendimento médico-social do mundo. São 180 milhões de pessoas que devem ter suas necessidades de saúde atendidas integralmente e com equidade (quer dizer, sem nenhuma diferença na atenção), pois é assim que determina a Constituição.

Contra essa norma constitucional algumas vozes se levantam periodicamente. É comum

ouvir-se que a saúde fica com alto percentual do Orçamento da União e isso é injusto com os demais ministérios. Os R\$ 43 bilhões que o Ministério da Saúde recebeu em 2005 representam 12,8% do Orçamento do Executivo, mas só os recursos para pagar o serviço da dívida (os juros) ascendem a 33% (foram R\$ 111 bilhões). Significa que apenas com o pagamento dos juros da dívida são consumidos duas vezes e meia (258%) mais recursos do Orçamento do governo federal que aqueles gastos com saúde.

Alguns indicadores de saúde que mostram a evolução da situação do setor no Brasil podem ser lembrados: em 1975 a mortalidade infantil superava a casa de 100 crianças que faleciam antes de completar o primeiro ano de vida. Trinta anos depois esse número é inferior a 30. A tríade de pobreza, ignorância e miséria continua a existir, principalmente no campo e na periferia das grandes metrópoles, em bolsões que as "vontades políticas" resistem a extirpar, e que os sucessivos governos mantêm.

A partir da instituição do SUS, vastas camadas da população, antes excluídas da assistência à saúde, passaram a ter acesso a todos os serviços. Os números para 2004 são impressionantes: 1,5 bilhão de atendimentos ambulatoriais,

12 milhões de internações, 290 milhões de exames laboratoriais, 1 milhão de tomografias, 9 milhões de ultra-sonografias, 23.400 transplantes e 8 milhões de sessões de hemodiálise. Dois destaques, reconhecidos mundialmente, devem ser apontados: o controle da Aids e os programas de imunizações, com redução progressiva da incidência de doenças como difteria, tétano, coqueluche, e erradicação da varíola, poliomielite e sarampo.

A maior demonstração das alterações ocorridas nessas últimas décadas está na mudança do perfil da mortalidade dos brasileiros. As doenças infecciosas e parasitárias, que em 1979 respondiam por 23% dentre os óbitos dos menores de um ano, em 2003 eram responsáveis por menos de 7,6% desses óbitos. A própria mortalidade proporcional dos menores de um ano reduziu-se em 400%, pois nessa faixa etária ocorreram 181 mil mortes em 1979, para um total de 711 mil óbitos (25%) e, em 2003, esses números passaram a ser 57.540 óbitos para um total geral de 1.002.340 mortes, ou seja, 5,7%.

O IBGE calculava que um brasileiro nascido em 1980 viveria 62,6 anos. A esperança de vida ao nascer, para os brasileiros nascidos em 2004, já ultrapassava os 71 anos (71,7). É no DF que se en-

contra a maior taxa, dentre todos os estados brasileiros: 74,6 anos.

É claro que não se pode debitar exclusivamente ao setor saúde os avanços ocorridos. Mas também não se pode ignorar sua contribuição a esse sucesso.

Nesse momento em que o Congresso discute o Orçamento para 2006, é importante lembrar esses números e ressaltar outros, como os US\$ 140 (R\$ 333 per capita por ano) destinados no Orçamento da União para custear a saúde de cada brasileiro, muito distantes dos US\$ 362 da Argentina e US\$ 304 do Uruguai.

O paradoxo instalado exige que o SUS atenda cada vez mais gente e com qualidade crescente, mas com recursos financeiros e principalmente humanos, imutáveis no tempo e no salário.

O subfinanciamento do SUS é hoje o fator que mais impossibilita os gestores municipais e estaduais de organizar a oferta de serviços com qualidade, de acordo com as necessidades e direitos da população usuária.

O setor saúde gera mais de 2 milhões de empregos diretos e responde por quase 7% do Produto Interno Bruto. É um setor de mão-de-obra intensiva e simultaneamente gerador e consumidor de tecnologia. Investir em saúde é gastar em desenvolvimento e qualidade de vida.